

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Albuquerque de Miranda, Luiz Francisco
OS LIMITES DA MISSÃO JESUÍTICA

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
10, núm. 2, 2006, pp. 63-67
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526865004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

OS LIMITES DA MISSÃO JESUÍTICA¹

Luz Francisco Albuquerque de Miranda²

O objetivo destas linhas é apenas debater os trabalhos de José Maria de Paiva e Célio Juvenal Costa. Sendo assim, para não confundir o leitor, dividi meu texto em duas partes, que analisam temas específicos abordados pelos autores. Talvez eu corra o risco de perder o conjunto da argumentação de cada um dos artigos, mas acredito que é melhor discutir problemas precisos.

OS JESUÍTAS E AS LETRAS

O debate a respeito da produção e transmissão do conhecimento nos séculos XVI e XVII é decisivo para a análise da Companhia de Jesus. Acompanho Paiva: é anacrônica a crítica de Fernando de Azevedo e da historiografia que o seguiu. No período em tela, a ciência, tal como a compreendemos hoje, não orientava a grande maioria das instituições educacionais europeias. Enquanto modo de conceber o conhecimento e método para adquiri-lo, a ciência, na passagem do século XVI para o XVII, apenas começava a ser esboçada e sua aceitação encontrava limites.

É evidente que autores como Agrícola e Francis Bacon, entre outros, lamentavam o desinteresse dos filósofos e eruditos pelas *artes mecânicas*, acusavam a esterilidade da cultura tradicional e propunham uma aproximação sistemática entre o trabalho dos *empíricos* e dos *racionais* (ROSSI, 1989, pp. 21-88). O ataque à escolástica universitária, notável entre os humanistas da Renascença, era cada vez mais intenso. Todavia, pelo menos até meados do século XVIII, o desprezo pelas *artes mecânicas* ainda era comum entre os europeus cultos. Com exceção de alguns casos isolados, principalmente na Alemanha, as universidades e os colégios, por exemplo, mantinham distância de problemas técnicos e resistiam à nova *filosofia da natureza* dos baconianos (CHARLE e VERGER, 1996, pp. 57-

¹ Artigo recebido em 08/08/2006. Autor convidado.

² Professor do Curso de História da UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba e doutor em Filosofia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.
lfamiranda@uol.com.br

66). Esta, em alguns lugares da Europa, encontrava eco em academias e centros de estudo inovadores, como a *Royal Society* na Inglaterra, mas a cultura científica estava longe de ser o fundamento da educação dos europeus alfabetizados. Provavelmente, a maior parte deles sentiria orgulho de ingressar na chamada *República das Letras*, pois no Antigo Regime as pessoas que escreviam e publicavam em geral se apresentavam como *letrados* e o domínio dos clássicos gregos e latinos era considerado indispensável para o homem culto (BURKE, 2003, pp. 25-36).

O programa básico de estudos que os jesuítas ofereciam em seus colégios na Europa ou na América, instituições de grande prestígio durante os séculos XVI e XVII, correspondia muito bem à expectativa da elite laica e clerical de todos os países católicos. Na época, as *letras* constituíam o alicerce de toda formação elementar considerada sólida e a Companhia de Jesus seguia a mesma tendência. Uma ampla proposta de escola pública técnica e científica só surgiu na França no contexto da Revolução de 1789 (HOBSBAWM, 1982, pp. 302-303). Sendo assim, lastimar a ausência de um ensino técnico e profissional nos colégios dos jesuítas é, como afirma Paiva, desvalorizar os *significados vividos* e pensar de maneira anacrônica.

MONARQUIA E IGREJA

Vários elementos evidenciam a existência de uma *comunhão* entre a Coroa de Portugal e a Companhia de Jesus: o padroado, a doutrina que legitimava e orientava a conquista portuguesa na América, a interdependência entre as ações dos agentes eclesiásticos e do Estado português e, como lembra Costa, a interferência da província jesuítica de Portugal, próxima da corte, na organização da província do Brasil. Entretanto, no decorrer da história colonial, podemos identificar tensões. Convém lembrar, por exemplo, a preocupação da Coroa em proibir a entrada das ordens religiosas na região das minas descobertas pelos paulistas no final do século XVII. Sabemos também como os jesuítas lamentaram o pouco empenho do poder secular na repressão das expedições que escravizavam indígenas. Aliás, o comportamento pouco cristão dos portugueses tanto na América como na Ásia foi constantemente lamentado pelos membros da Companhia, como atestam as observações de Costa a respeito de Francisco Xavier. O *sentido de unidade* anunciado por Paiva realmente orientou as iniciativas do Império Português e da Igreja Católica durante os séculos XVI e XVII, mas é

difícil negar as crescentes polêmicas e os constantes conflitos entre colonos, administradores estatais e membros da Companhia de Jesus. A questão indígena, o aproveitamento de recursos econômicos, a observância da moral cristã fora da Europa foram problemas delicados, característicos da dinâmica da empresa colonial, e produziram respostas diversas e contraditórias. Compreendendo que Costa traça o cenário inicial do padroado e não se propôs a analisar seus desdobramentos no decorrer dos séculos. Seria um equívoco cobrar dos autores o que eles não pretendiam realizar. Porém, talvez seja produtivo atentar para os limites da *unidade* anunciada pelos discursos régios e clericais, pois ela nem sempre se efetivou.

É inegável a interdependência entre Estado e Igreja nos primórdios da Europa moderna, mas ela se estruturava de maneira complexa. Interdependência muita vezes comporta conflitos: se os objetivos de um agente só podem ser alcançados se outro agente atuar de modo a satisfazer as exigências do primeiro, então o segundo lutará para que tudo ocorra de acordo como suas expectativas e necessidades. Lutar significa aqui identificar e utilizar os meios disponíveis, sejam eles coercitivos ou diplomáticos e amigáveis. Seria absurdo pensar que a submissão dos jesuítas à Coroa portuguesa foi apenas aparente, mas a Companhia também foi capaz de pressionar e reivindicar, produzindo atritos com setores da corte ou da administração colonial quando via seus interesses em risco. O provincial de Lisboa era, sem dúvida, um cortesão, e suas cartas refletem, como demonstra Costa, o impacto positivo ou negativo das atitudes dos missionários na corte. Todavia, ele jamais foi um simples burocrata transmitindo as ordens do Estado português.

Para a análise dessa interdependência complexa, é útil salientar o jogo de poder característico das sociedades de corte do início da Era Moderna. O rei se fortalecia quando era capaz de alimentar a concorrência entre grupos rivais e, ao mesmo tempo, evitar que algum deles esmagasse os adversários, sustentando um equilíbrio tenso entre os atores do poder central (ELIAS, 1995, pp. 91-119). Alegando estar a serviço do rei, cada grupo disputava os benefícios e os recursos oferecidos pela Coroa, disputa, aliás, que podia acontecer entre facções da própria Igreja. Os embates, quando não desembocavam em violência aberta, acabavam por firmar a autoridade monárquica, pois a luta política consistia em obter prestígio e favores oferecidos pelo soberano. Nos séculos XVII e XVIII, o que mais incomodava os inimigos da Companhia de Jesus era a habilidade de seus dirigentes nesse jogo de corte. É

possível dizer que a união dos jesuítas com a Coroa era permeada por uma rede de intrigas por vezes difícil de decifrar.

A análise da *unidade* parece ainda mais complexa quando recordamos as circunstâncias que interferiram nas relações entre Estado e Igreja nos séculos XVI e XVII. No que se refere à Companhia de Jesus, Costa atenta para um aspecto fundamental: sua ação respondeu às questões suscitadas pela Reforma Religiosa no contexto da expansão marítima. O Estado português, como sabemos, assumiu uma posição francamente favorável ao papado em um embate religioso com sérias consequências culturais, políticas e militares. Em muitos lugares da Europa, e por mais de um século, a Reforma provocou guerras civis sangrentas. O padroado e o apoio aos jesuítas explicitavam e instrumentalizavam a posição de Lisboa no quadro do grave confronto internacional. Eles ajudaram a firmar a identidade católica do Império Português, legitimando sua existência em um momento histórico no qual a idéia de Estado-nação estava apenas sendo esboçada. Ao se apresentar como protetor e difusor da verdadeira fé, inimigo de hereges e infieis, o Império justificava suas conquistas diante das outras potências europeias. No discurso oficial da Coroa, a afirmação da *unidade* era, portanto, decisiva. Não pretendo colocar em dúvida a importância da piedade da corte lisboeta no processo em tela, mas propalar a plena convergência entre o poder sagrado e o secular, omitindo as prováveis contradições existentes entre eles, parece ser a própria estratégia discursiva da Coroa e da Companhia, visando interesses diversos no contexto da interdependência.

Em vista do exposto, cabe uma pergunta: os diversos tipos de fissuras e tensões entre a Coroa e a Companhia já estariam presentes – e escamoteadas – no século XVI ou só apareceram mais tarde, na segunda parte do século XVII, durante a redefinição da empresa colonial?

Circunstâncias novas podem ter interferido nesse processo: o início e o fim da unificação das Coroas de Portugal e Espanha, a perda do controle do comércio com o Oriente, os problemas do mercado açucareiro, o redimensionamento do conflito entre católicos e protestantes e, por fim, a descoberta das minas na América Portuguesa. Caso a pergunta acima seja pertinente, não me sinto capaz de oferecer uma resposta e prefiro ouvir a opinião de quem domina melhor o assunto.

De qualquer maneira, convém não esquecer os problemas que perturbaram as relações entre Estado e instituições eclesiásticas no período que estamos discutindo. O poder monárquico não podia dispensar o caráter sagrado que o legitimava e o apoio institucional do clero. Mas o poder secular e o clerical se confundiam inteiramente? Tendo a pensar que a secularização observável em toda Europa durante o século XVIII foi um momento decisivo de um longo processo. Reconheço, porém, que é difícil definir seu percurso e o papel de cada agente.

REFERÊNCIAS

- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CHARLE, C. e VERGER, J. *História das universidades*. São Paulo: Unesp, 1996.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1995.
- HOBSBAWM, E. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ROSSI, P. *Os filósofos e as máquinas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

